



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 02/2019.
EDITAL Nº 01/2019

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, e a vista do contido na **Lei Municipal Nº 4.851/2018, de 18 de dezembro de 2018, TORNA PÚBLICO** que estarão abertas, nos dias **15 e 16/01/2019**, as inscrições para **processo seletivo público** destinado à contratação emergencial e temporária, de: até 02 (dois) Assistentes Sociais, com carga horária semanal de 40 horas, regularmente habilitados (com Curso Superior, e inscrição no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS) para atuar junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, para Prestar serviços de âmbito social a indivíduos e grupos, identificando e analisando problemas e necessidades sociais e aplicando métodos e processos técnicos do serviço social; analisar causas de natureza social, para estabelecer planos de ação capazes de restabelecer a normalidade de comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social; planejar e desenvolver atividades individuais ou de grupos, visando à remoção de dificuldades; planejar e dirigir programas de serviço social em diferentes áreas, como educação, saúde, trabalho e outras, obedecendo sempre a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), e realizar outras atividades correlatas com a função.

I – FUNÇÕES:

O processo seletivo de que trata este Edital destina-se a contratação emergencial e temporária de **Assistentes Sociais** para a seguinte função:

FUNÇÕES	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	CARGA HORÁRIA SEMANAL MÍNIMA	CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL (R\$)	VAGAS
Assistente Social	Graduação em Serviço Social, com inscrição no CRESS	40 horas	R\$ 3.199,30	Até 02 vagas

II – CONTRATO:

As contratações formalizar-se-ão mediante contrato administrativo, observando-se, no mínimo, o seguinte:

I - jornada laboral diurna, com carga máxima de 8 (oito) horas diárias, e de 40 (quarenta) horas semanais;

II - faculdade de compensação de horários, mediante acréscimo em um dia e correspondente diminuição em outro, a critério da Administração Municipal, e mediante acordo escrito;

III - controle de frequência através de registros diários de início e término do serviço, sendo desnecessária a anotação do intervalo entre turnos para repouso e alimentação;

IV - repouso semanal remunerado, suprimível quanto à respectiva remuneração em caso de falta injustificada em qualquer dia da semana correspondente;

V - serviço extraordinário não superior a duas horas diárias, e contraprestado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal, desde que justificado e autorizado por escrito pela Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação;



Município de Campo Bom Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

VI - gratificação natalina e férias, estas com acréscimo constitucional de um terço, ambas em parcelas proporcionais ao período laborado, e tendo o respectivo valor determinado pela média remuneratória do pertinente período aquisitivo;

VII - contribuição para a previdência social, tanto do Município como do contratado;

VIII - salário família para aqueles que ao mesmo tiveram direito, na forma da legislação federal pertinente;

IX - utilização exclusiva na respectiva área de atuação;

X - contraprestação pecuniária horária idêntica àquela creditada aos servidores municipais em início de carreira, na mesma faixa de escolaridade do contratado e com similar função;

XI - rescisão justificada do contrato no descumprimento, pelo contratado, de qualquer dos deveres e/ou obrigações assumidas, ou, na prática de qualquer das infrações previstas para o funcionalismo municipal no respectivo estatuto (Lei Municipal nº 2.409/2003), ou na Consolidação das Leis do Trabalho;

XII - punições disciplinares, ou de advertência escrita, ou de suspensão, esta com prejuízo remuneratório, e por no máximo 10 (dez) dias, sempre observada a gravidade da infração, ou a reincidência específica;

XIII- licença maternidade com a duração de 120 (cento e vinte) dias;

XIV- licença paternidade, nos termos fixados na legislação federal;

- licença para afastamento do serviço, sem prejuízo remuneratório por 15 dias em casos de doença ou acidente do trabalho impeditivos do exercício da função, e, ainda, igualmente sem prejuízo remuneratório, licenças:

por um dia, para a prestação de exame vestibular;

por dois dias, quando do falecimento de cônjuge, companheiro(a), filhos e/ou irmãos;

por três dias, para contrair casamento;

por um dia, para doar sangue;

por um dia, para alistar-se como eleitor, ou para prestar depoimento em juízo;

por dez dias, em caso de aborto não criminoso;

pelo prazo estabelecido na legislação federal, em caso de adoção.

XV - auxílio alimentação, nos termos da Lei Municipal nº 3.539/2010, e na forma em que é creditado aos servidores municipais.

I - Para obtenção das licenças previstas no inciso XIV, deverá haver comprovação documental, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da ocorrência que a motivar, sob pena de não mais ser aceita, e a falta ser considerada injustificada.

II - A contraprestação pecuniária estabelecida para os contratados será revista na mesma oportunidade, e nos mesmos índices de correção aplicados ao funcionalismo público municipal.

XVI - O contrato firmado de acordo com a Lei Municipal nº 4.851/2018, de 18 de dezembro de 2018, extinguir-se-á, sem direito a indenização de qualquer espécie, quando findo o prazo contratual.

1) A rescisão contratual antecipada e injustificada, por qualquer das partes dependerá, apenas, do aviso premonitório escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias, transformável em prejuízo



Município de Campo Bom Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

pecuniário, caso não haja interesse de qualquer das partes no respectivo cumprimento, pois não será devida qualquer indenização pela ruptura antecipada do contrato.

III – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:

a) Atribuições Gerais – Prestar serviços de âmbito social a indivíduos e grupos, identificando e analisando problemas e necessidades sociais e aplicando métodos e processos técnicos do serviço social; analisar causas de natureza social, para estabelecer planos de ação capazes de restabelecer a normalidade de comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social; planejar e desenvolver atividades individuais ou de grupos, visando à remoção de dificuldades; planejar e dirigir programas de serviço social em diferentes áreas, como educação, saúde, trabalho e outras, obedecendo sempre a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), e realizar outras atividades correlatas com a função;

b) Atribuições Específicas do Emprego - Orientar indivíduos nas suas necessidades pessoais respaldado pelo conhecimento sobre a dinâmica de parecer/avaliação e ou estudo social do comportamento das pessoas e aplicando técnicas do serviço social para possibilitar o desenvolvimento de suas capacidades e ajustamento ao meio social; promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, atuando como facilitador para que ocorra desenvolvimento de suas potencialidades promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar a promoção coletiva e a melhoria do comportamento individual; auxiliar na ampliação da consciência social do indivíduo, aplicando a técnica do serviço social de grupo aliada a participação em atividades comunitárias para atender as aspirações pessoais desse indivíduo; programar as ações básicas da comunidade nos campos social, médico, educacional, entre outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio econômicas dos indivíduos e da comunidade em estudo para possibilitar a orientação adequada dos usuários e o desenvolvimento harmônico da comunidade; atuar em programas específicos; assistir as famílias nas suas necessidades, orientando tecnicamente o indivíduo em situação de vulnerabilidade social.

IV – DIVULGAÇÃO DAS ETAPAS

A divulgação oficial das etapas do processo seletivo será feita da seguinte forma:

- a) no órgão oficial de publicação dos atos municipais;
- b) no átrio do Centro Administrativo Municipal, 1º andar, sito na Avenida Independência, nº 800, em Campo Bom/RS;
- c) no site do Município de Campo Bom (www.campobom.rs.gov.br).

V – INSCRIÇÕES

As inscrições para a participação do processo seletivo de que trata este Edital, deverão ser realizadas nos seguintes prazos, horário e local:

- a) Período: **dias 15 e 16/01/2019, no horário das 13h30min às 17h30min;**
- b) Local: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, andar térreo, no Centro Administrativo Municipal, sito na Avenida Independência, nº 800, Centro - Campo Bom/RS;
- c) Valor da Inscrição para o cargo é R\$ 40,00 (Quarenta reais), e o pagamento deve ser realizado no Caixa do Centro Administrativo Municipal;
- d) Homologação preliminar das Inscrições: será divulgada no dia **18 de janeiro de 2019, após as 17 horas**, no átrio do Centro Administrativo Municipal, andar térreo, sito na Avenida



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

Independência, nº 800, em Campo Bom/RS e no site do Município de Campo Bom (www.campobom.rs.gov.br);

e) Pedidos de Recursos das Inscrições: - O candidato poderá interpor recurso da inscrição não aceita, à Secretaria do Desenvolvimento Social e Habitação, mediante requerimento escrito, regularmente protocolado no Protocolo Geral do Município, contendo seu nome completo, número de inscrição, identificação do processo seletivo a que se refere objeto do pedido e respectivos fundamentos, nos dias **21 e 22 de janeiro de 2019, das 13horas às 17horas**;

f) Homologação Final das Inscrições: será divulgada no átrio do Centro Administrativo Municipal, 1º andar, sito na Avenida Independência, nº 800, em Campo Bom/RS, e, no *site* do Município de Campo Bom (www.campobom.rs.gov.br), **no dia 24 de janeiro de 2019**.

VI – CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

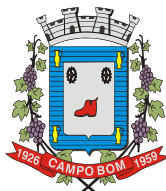
No ato da inscrição, que deverá ser feita pessoalmente, ou por procurador regularmente constituído especialmente para tal fim, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente:

- a) Documento Oficial de Identidade (Carteira de Identidade) original e cópia;
- b) Uma fotografia tamanho 3x4, recente e de frente;
- c) Procuração específica para a inscrição do outorgante no processo seletivo de que trata este edital, mencionando a função específica pretendida, com firma cartorariamente reconhecida por autenticidade, e acompanhada do Documento Oficial de Identidade do procurador, se for o caso de inscrição por procuração;
- d) Atestado médico, constante de receituário médico próprio, especificando claramente a deficiência, com menção expressa ao Código Internacional de Doenças – CID, em caso de candidato portador de deficiência;
- e) Prova documental da escolaridade mínima necessária ao desempenho da função pretendida original e cópia.
- f) Anexo I – Ficha Relação para Títulos, caso o candidato apresentar títulos. (Conforme orientações item X, letra a deste Edital)

VII – PROCEDIMENTO DE INSCRIÇÃO

Para inscrever-se o candidato deverá comparecer no período, horário e local indicado no item V deste Edital, preencher e assinar a pertinente Ficha de Inscrição, que será obtida mediante a apresentação da documentação declinada no item VI deste Edital, sem rasuras ou emendas, nem omissão dos dados exigidos, ficando ciente que:

- a) Não serão aceitas inscrições condicionais e inscrições não realizadas pessoalmente, ou por procurador regularmente constituído;
- b) A efetivação da inscrição implica a aceitação tácita das condições fixadas para a realização do Processo Seletivo, não podendo o candidato alegar desconhecimento das normas estabelecidas no presente Edital;
- c) O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as consequências de eventuais erros de seu representante no preenchimento da Ficha de Inscrição;
- d) Anular-se-á, sumariamente, a inscrição e todos os atos dela decorrentes, se o candidato selecionado não comprovar, no ato da contratação na função pública municipal, o cumprimento de todos os requisitos fixados neste edital, não sendo possível a consideração de qualquer situação adquirida posteriormente.



Município de Campo Bom Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

- e) Cada candidato será contratado para apenas uma função.
- f) Realizada a inscrição, é vedada a respectiva alteração, especialmente quanto à identificação do candidato e a função pretendida.
- g) É vedada a juntada de documentos após o período estabelecido para a inscrição no processo seletivo.

VIII – CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

Aos candidatos com deficiência física são asseguradas 5% (cinco por cento) das vagas objeto deste processo seletivo, na forma do Decreto Federal nº 3.298/1999, observado ainda o seguinte:

- a) A deficiência deverá permitir o pleno desempenho da função pretendida, em todas as suas atividades, consoante atestado médico detalhado que deverá ser apresentado pelo interessado.
- b) Os candidatos com deficiência participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais concorrentes.
- c) Não ocorrendo inscrição de candidatos com deficiência física, em número suficiente ao preenchimento das vagas aos mesmos disponibilizados, serão elas preenchidas pelos demais candidatos selecionados.

IX – DA ESTRUTURA DA SELEÇÃO

O recrutamento, para o preenchimento dos Cargos de que trata este edital dar-se-á através de prova de títulos e comprovação de experiência:

Prova Escrita: A Prova Escrita ocorrerá no dia 26 de janeiro de 2019, das 9 horas às 12 horas, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Centro Educação Integrada – Cei, localizada em Rua 20 De Setembro, 515, Centro. CEP: 93700-000. Campo Bom - Rio Grande Do Sul

Legislação e Conhecimentos Específicos:

- Lei Orgânica de Assistência Social.
- Lei 13257/16 | Lei nº 13.257, de 8 de Março de 2016.
- Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.
- Reordenamento Jurídico e implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.
- Norma Operacional Básica de *Recursos Humanos* (NOB-RH/SUAS).
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

Local e Data:

A prova acontecerá no dia **26 de janeiro de 2019, das 9 horas às 12 horas**, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Centro Educação Integrada – Cei, localizada em Rua 20 De Setembro, 515, Centro. CEP: 93700-000. Campo Bom - Rio Grande Do Sul

Observação: Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem, no mínimo, 50% de acertos na Prova Escrita.

a) **Prova de Títulos:** A prova de títulos, que considerará o grau de escolaridade do candidato, a respectiva especialização na área de atuação, os cursos de qualificação que possuir, valorizará os seguintes títulos:

TÍTULO / GRAU DE ESCOLARIDADE	Nº DE TÍTULOS PONTUÁVEIS	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS (cada)	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS
Pós-Graduação na área de Serviço Social, Direitos Sociais, SUAS, Direitos da Criança e do Adolescente	01	05	35 pontos
Mestrado na área na área de Serviço Social, Direitos Sociais, SUAS, Direitos da Criança e do Adolescente	01	10	
Doutorado na área na área de Serviço Social, Direitos Sociais, SUAS, Direitos da Criança e do Adolescente	01	20	

CURSOS COMPLEMENTARES	Nº DE TÍTULOS PONTUÁVEIS	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS (cada)	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS
Curso na área de Serviço Social/ 81 horas ou mais	01	05 pontos	15 pontos
Curso na área Serviço Social de 41 horas a 80 horas	01	03 pontos	
Curso na área de Serviço Social até 40 horas	01	02 pontos	
Seminários, Simpósios, Congressos, Conferências, Fóruns, Palestras, Jornadas, Encontros, Oficinas na área do Serviço Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente	Até 5	01 ponto	

X – DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

A apresentação dos títulos obedecerá ao seguinte:

a) Os candidatos deverão apresentar os respectivos títulos no ato da inscrição, mediante relação escrita e elaborada em duas vias, contendo, além da especificação dos títulos e da respectiva carga horária, o nome do candidato, e a função pretendida, acompanhada de fotocópia do certificado de cada título, e do respectivo original para a devida



Município de Campo Bom Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

autenticação in loco. **Anexo I – Ficha Relação para Títulos (Obrigatória apresentação no ato da inscrição)**

- b) Somente serão pontuados os títulos conferidos a contar de 01 de janeiro de 2009.
- c) Não serão pontuados:
 - c.1. Cursos em cujo certificado não conste, expressamente, a carga horária desenvolvida e o devido registro.
 - c.2. Estágios.
 - c.3. O título que habilitou o candidato a participar do processo seletivo de que trata este Edital.
- d) Os certificados comprobatórios dos títulos apresentados pelo candidato não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas.
- e) Cada título será considerado uma única vez.
- f) Os diplomas, certificados e outros comprovantes de conclusão de cursos de especialização, assim como o diploma de mestrado e doutorado, serão avaliados apenas quando oriundos de Instituições de Ensino Superior, Públicas ou Privadas reconhecidas pelo MEC, e observadas às normas que lhes regem a validade, dentre as quais, se for o caso, as pertinentes ao respectivo registro.
- g) Os documentos relativos aos cursos realizados no exterior só serão considerados quando traduzidos para o vernáculo, por tradutor público juramentado, convalidados para o Território Nacional.

XI – DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

- a) **O Gabarito** será divulgado no átrio do Centro Administrativo Municipal, a partir das 17 horas do dia **28 de janeiro de 2019**.
- b) Os **Resultados Provisórios** serão divulgados no átrio do Centro Administrativo Municipal, a partir das 17 horas do dia **31 de janeiro de 2019**, iniciando-se a partir de então o prazo de 48 horas, em dias úteis, para protocolo de recursos e pedidos de reconsideração.
- c) **Pedidos de Recursos dos Resultados Provisórios**: O candidato poderá interpor recurso dos Resultados Provisórios, à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação, mediante requerimento escrito, regularmente protocolado no Protocolo Geral do Município, contendo seu nome completo, número de inscrição, identificação do processo seletivo a que se refere objeto do pedido e respectivos fundamentos, nos dias **04, 05 e 06 de fevereiro de 2019, das 13 horas às 17 horas**;
- d) Os **Resultados Finais** serão divulgados a **partir das 17 horas do dia 13 de fevereiro de 2019**.
- e) A não divulgação dos resultados nos dias e horários previstos, implicará na automática prorrogação do início dos prazos recursais.

XII – RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

- a) O candidato poderá interpor recurso à Secretaria do Desenvolvimento Social e Habitação, mediante requerimento escrito, regularmente protocolado no Protocolo Geral do Município, contendo seu nome completo, número de inscrição, identificação do processo seletivo a que se refere o objeto do pedido e respectivos fundamentos.
- b) O recurso poderá ser interposto no prazo máximo de 24 horas contado da data da publicação do ato impugnado.
- c) Julgado o recurso, o candidato terá o prazo de 24 horas contados da ciência da pertinente decisão, para, observada a mesma forma prevista para o recurso, interpor pertinente Pedido de Reconsideração, ao Prefeito Municipal.



Município de Campo Bom Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

- d) Relativamente aos recursos e pedidos de reconsideração será observado o seguinte:
- d.1. Não serão aceitos recursos e/ou pedidos de reconsideração intempestivos e/ou interpostos de forma diversa da prevista neste Edital.
 - d.2. O candidato, durante o decurso do prazo recursal ou do prazo do pedido de reconsideração, terá vistas da avaliação dos respectivos títulos, vedadas reclamações, impugnações e ponderações orais.

XIII – CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Em caso de empate na classificação, terá preferência o candidato atingir a maior pontuação nas questões de conhecimento específico, permanecendo o empate, peça maior idade.

XIV – CLASSIFICAÇÃO

- a) A classificação observará a ordem numérica decrescente da pontuação, individualmente alcançada na **prova escrita e prova de títulos**, restando classificado em primeiro lugar o candidato que obtiver maior soma de pontos.
- b) A classificação dos candidatos portadores de deficiência observará a mesma sistemática, mas será feita em apartado.

XV – CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

a) A convocação para contratação dos selecionados no processo seletivo de que trata este Edital, que observará, obrigatoriamente, a ordem classificatória. A convocação somente poderá ocorrer dentro do prazo de validade da **Lei Municipal Nº 4.851, de 18 de dezembro de 2018**, decorrido o qual, o candidato perde o direito a contratação.

b) O candidato convocado deverá comparecer ao Centro Administrativo Municipal de Campo Bom, sito na Avenida Independência, nº 800, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas do respectivo chamamento, munido dos documentos a seguir relacionados, sob pena de perda de todos os direitos à mesma, e imediata contratação do candidato subsequentemente classificado:

- b.1.) declaração de inexistência de impedimento para assumir a função, consubstanciada no não exercício de outro cargo, emprego ou função pública, constitucionalmente inacumulável;
- b.2.) declaração atualizada acerca dos respectivos bens;
- b.3.) atestado médico de aptidão para o exercício da função, fornecido pelo Serviço Médico designado pelo Município de Campo Bom para tanto;
- b.4.) certidão de quitação de obrigações eleitorais;
- b.5.) certidão de quitação de obrigações militares (somente para os candidatos do sexo masculino);
- b.6.) prova do *status* de brasileiro nato ou naturalizado;
- b.7.) prova da idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- b.8.) atestado médico relativo a deficiência de que é portador, contendo o Código Internacional da Doença – CID, em caso de candidato com deficiência.

c) O candidato que não desejar ser imediatamente contratado poderá protocolar requerimento escrito neste sentido, ciente de que neste caso será reclassificado como o último colocado no processo seletivo.

d) A reincidência na recusa à contratação implicará na imediata eliminação do Quadro de Classificados no processo seletivo, com concomitante perda de todos os direitos aos mesmos inerentes e dele decorrentes.



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

e) Firmado o contrato, o candidato terá o prazo improrrogável de 2 (dois) dias para assumir a função, sob pena de ser tornada sem efeito a contratação, com perda de todos os direitos decorrentes do processo seletivo.

XVI – VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo em pauta tem o prazo de validade da **Lei Municipal Nº 4.851, de 18 de dezembro de 2018**, decorrido o qual a contratação atinge o respectivo termo.

XVII – DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

Será constituída uma comissão composta por 5 membros da Secretaria do Desenvolvimento Social e Habitação, designados por portaria.

XVIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Observar-se-á ainda, relativamente ao processo seletivo de que trata este edital, o seguinte:

a) A inexistência das afirmativas ou a falsidade documental, ainda que verificadas posteriormente à realização da Seleção, implicarão na eliminação sumária do candidato, sendo declarada nula de pleno direito a inscrição e todos os atos dela decorrentes;

b) Os contatos com os candidatos classificados serão feitos através de telefone ou no endereço constantes da respectiva ficha de inscrição, de sorte que o mesmo deverá ser mantido atualizado pelo interessado junto a Municipalidade;

c) Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório da habilitação e classificação no processo seletivo, valendo para esse fim, a homologação do resultado final, publicada no átrio do Centro Administrativo Municipal;

d) A inscrição no processo seletivo implica no pleno conhecimento e na aceitação tácita, pelo candidato, de todas as condições estabelecidas neste Edital e nas instruções específicas constantes dos respectivos anexos, assim como em conhecimento e submissão à legislação que rege a matéria;

e) Irregularidades entendidas havidas poderão ser denunciadas diretamente ao Prefeito Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul;

f) Os casos omissos serão resolvidos em conjunto pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pela responsável técnica pelo processo seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 04 de janeiro de 2019.

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,
Prefeito Municipal.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

Processo Seletivo Edital Nº 02/2019.

Anexo I – Relação de Títulos

Nome do Candidato: _____

Nº. Inscrição: _____

Cargo Pretendido: _____

Nº	Evento	Carga Horária
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		

Data: ____/____/____

Assinatura do Candidato: _____

Assinatura Responsável SMDSH: _____